



TEMA

08/07/2022 – 9º encontro

PNAE enquanto política pública e relacionamento com equipes gestoras, diretorias de ensino e municípios

Rosana Nogueira, Kátia Guimarães, Jeanice Aguiar, Adriana
Dragonetti e Priscila Galdino

>

Aperfeiçoamento: o nutricionista na Alimentação Escolar

**Comissão de Formação
Profissional
GT – AE**



CRN₃
CONSELHO REGIONAL DE
NUTRICIONISTAS 3ª REGIÃO
SP | MS

Encontro 09

PNAE enquanto política pública

Kátia R. S. L. Q. Guimarães

Nutricionista

CRN-3 2185

Rosana Maria Nogueira

Nutricionista

CRN-3 2530



CRN3
CONSELHO REGIONAL DE
NUTRICIONISTAS 3ª REGIÃO
SP | MS



Objetivo

Conectar o nutricionista às políticas públicas

Meta

Favorecer a conexão das políticas públicas ao
PNAE

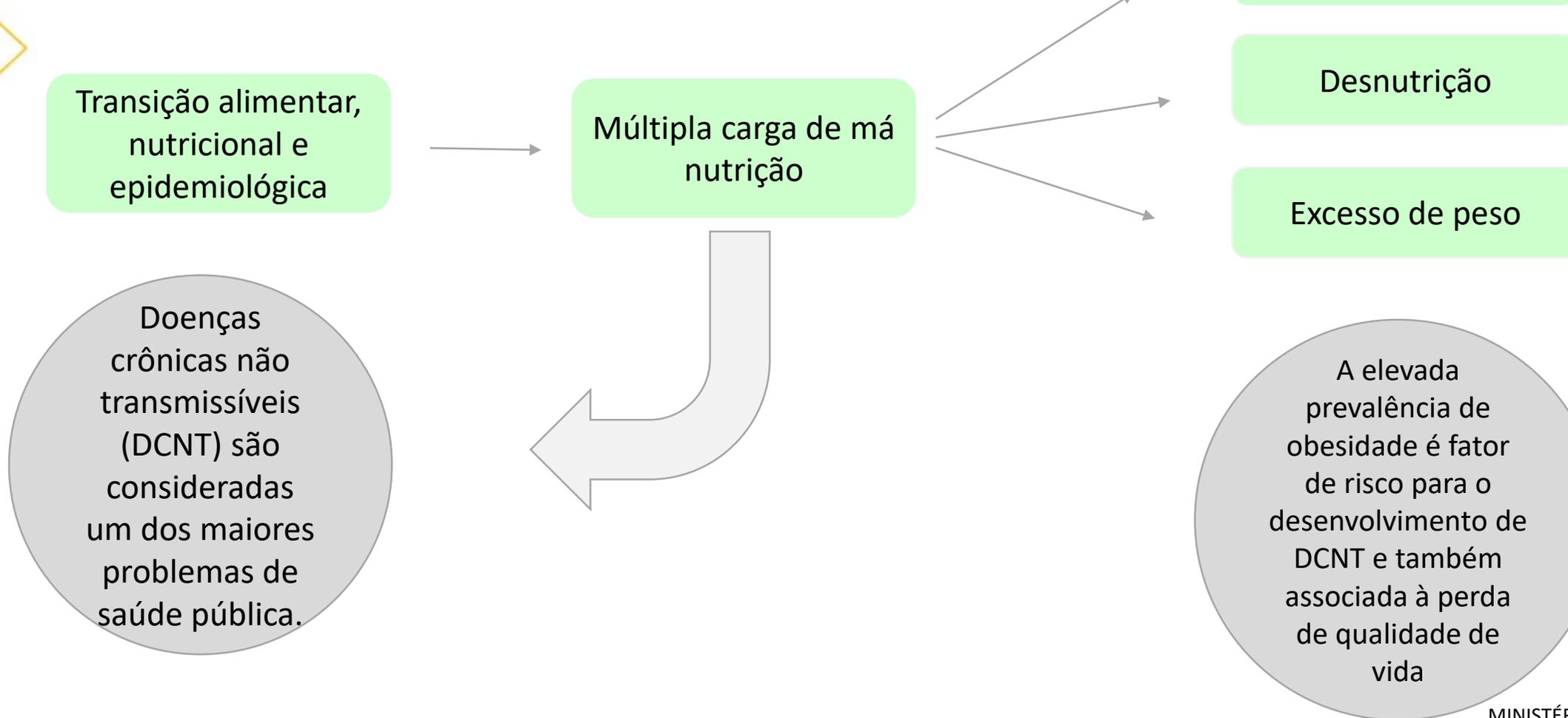
Um pouco sobre conceitos: Políticas Públicas

- >
- “...são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado”;
 - “...são conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado segmento social, cultural, étnico ou econômico”;
 - “...correspondem a direitos assegurados constitucionalmente ou que se afirmam graças ao reconhecimento por parte da sociedade e/ou pelos poderes públicos enquanto novos direitos das pessoas, comunidades, coisas ou outros bens materiais ou imateriais”.

Um pouco sobre conceitos... Atores das Políticas Públicas

- ✓ **Poder Público** (executivo, legislativo e judiciário)
- ✓ **Dirigentes públicos** (ou governantes, gestores e tomadores de decisão)
 - ✓ **Beneficiários** ou sujeitos/titulares de direitos
- ✓ **Sociedade civil organizada** (não fazem parte da estrutura administrativa do estado, agem em defesa dos direitos sociais)
- ✓ **Grupos de pressão ou lobby** (representam determinados segmentos da sociedade e seus interesses)

Contexto Brasileiro



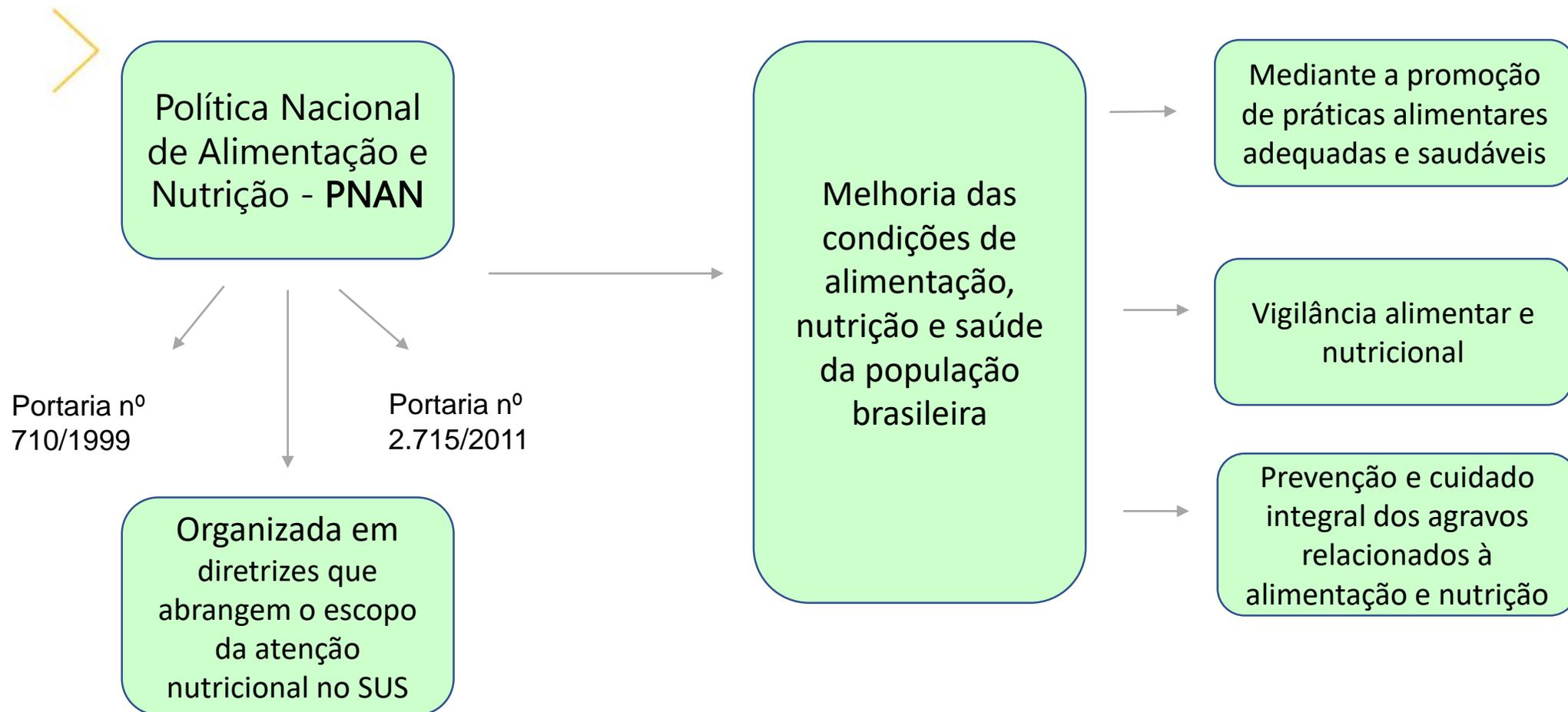
Políticas Públicas



As políticas para a promoção da alimentação saudável como a PNAN e a PNPS preveem ações específicas, considerando os determinantes sociais de saúde.

Pimenta,2008

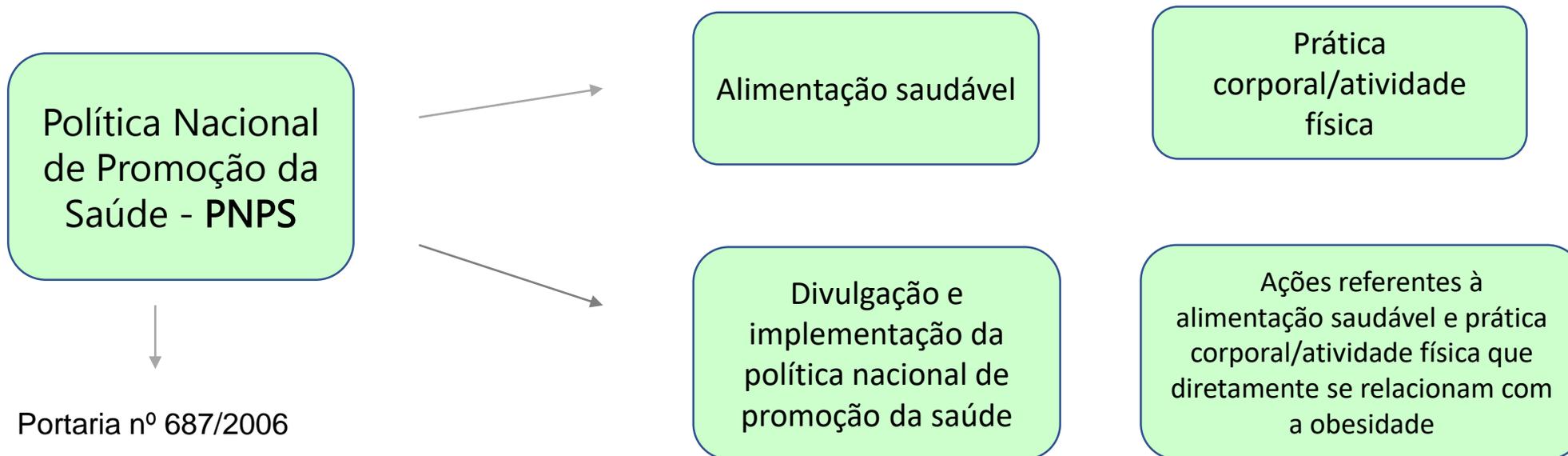
Políticas Públicas



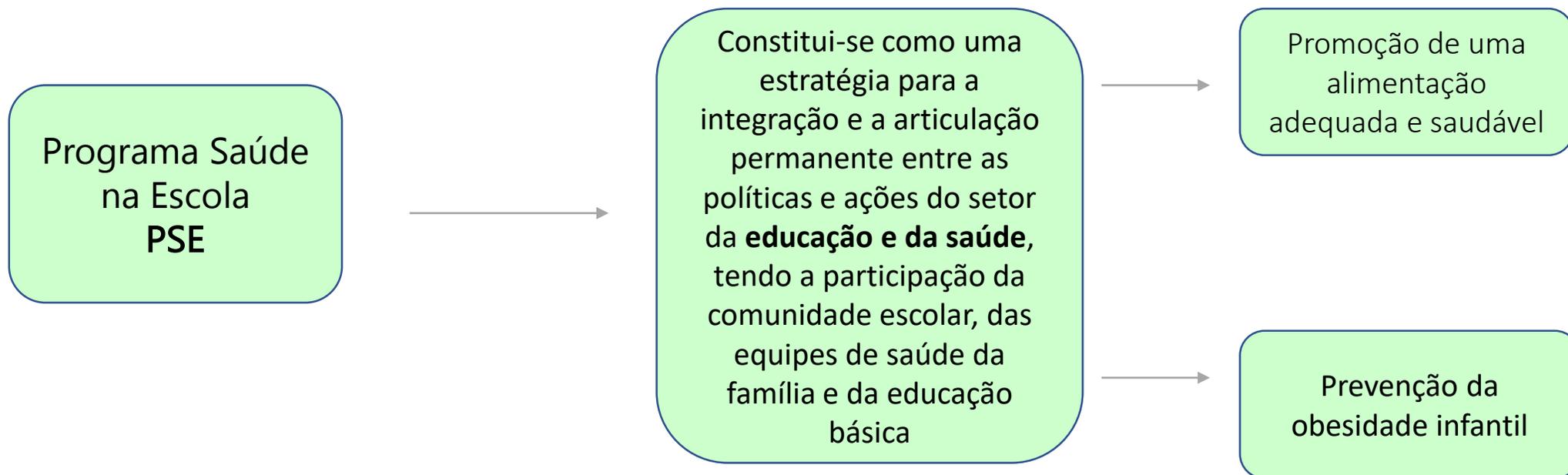
Diretrizes da PNAN



Políticas Públicas



Políticas Públicas





PNAE

Programa Nacional de Alimentação Escolar é a política pública de maior longevidade no país, universalizada, com participação social, alinhada com outras políticas, promovendo a **Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)**, assegurando o **Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA)**, desenvolvimento e proteção social.

Considerado um dos maiores e mais abrangentes programas de alimentação escolar do mundo.

PNAE enquanto política pública

Quanto à **abrangência** o PNAE é uma **política universal** - deve atender **todos** os alunos matriculados na **educação básica das redes públicas federal, estadual, distrital e municipal**, em conformidade com o Censo Escolar do exercício anterior realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, do Ministério da Educação – MEC.

Quanto ao **grau de intervenção** o PNAE é uma **política compensatória** - se constitui no cenário sócio-político-econômico como garantia universal de padrões mínimos diários de alimentação, sendo uma das mais antigas e duradouras, se não a única.

Nogueira, 2005

PNAE

enquanto política pública

- ✓ Presente nos **5.570 municípios** brasileiros atendendo mais de **40 milhões de estudantes** matriculados em cerca de **150 mil escolas de educação básica pública** brasileira, em todos os **200 dias letivos** do ano;
- ✓ Apesar das **contradições de linguagem, do discurso e das várias modificações** que o PNAE sofreu desde a sua implementação, mantém **continuidade pouco usual entre as políticas sociais**, sendo a mais enraizada na escola pública brasileira.

Nogueira, 2005.

PNAE

enquanto política pública

Alimentação escolar, desde a sua instituição:

- ✓ foi inserida na **política educacional** do país, apresentou-se como **estratégia política de socorro à escola**;
- ✓ **fixou** o aluno, melhorando os **níveis de frequência, aprovação e promoção** escolar;
- ✓ para o estudante: atacou o **problema da fome e/ou desnutrição**, chegando à década de 1970 como a "razão de ser da escola". (CECCIM, 1995)

Contudo a escola não pode se consolidar como local de refeições, mas sim, como local de ensino e aprendizagem intelectual

PNAE

enquanto política pública

- ✓ Embora seja, na realidade, **atividade natural do cotidiano escolar**, no Brasil, assume **importância social** devido à situação da população;
- ✓ Com o processo de **redemocratização na década de 1980** o PNAE passou por um processo de **descentralização**, ou seja, o **compartilhamento da responsabilidade** pelo **fornecimento de alimentação escolar pelo governo federal, estados e municípios**, o que significa uma obrigatoriedade de participação das três esferas de governo na gestão do programa em suas várias etapas, desde a aquisição dos gêneros até a operacionalização técnica e administrativa.

Nogueira, 2016.

PNAE enquanto política pública



✓ Passou por uma grande mudança de paradigma desde a promulgação da Constituição Federal em 1988: a oferta de alimentação escolar tinha cunho **assistencialista e envolvia a transferência de recursos financeiros** federais para os municípios, e passa a **assegurar o direito à alimentação adequada aos estudantes.**

PNAE enquanto política pública

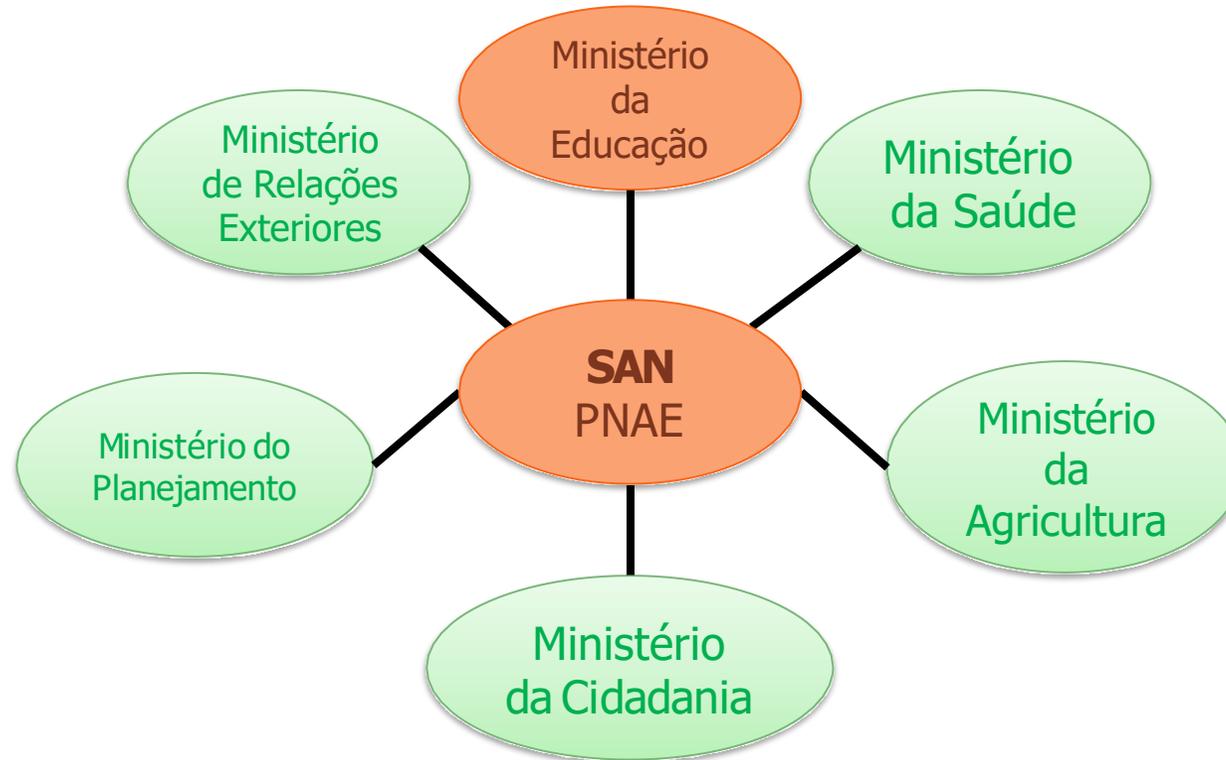
✓A partir de 2003 inicia-se um **novo ciclo que busca a sustentabilidade da alimentação escolar no Brasil** e a alimentação escolar associou-se a uma **política de estado de maior cobertura**, o programa Fome Zero, cujo principal objetivo era garantir o acesso de todo brasileiro a alimentação adequada tanto em quantidade quanto em qualidade, necessária para a manutenção da saúde e bem-estar do indivíduo (SILVA, GROSSI e FRANÇA, 2010).

✓Exigindo a articulação de **políticas públicas focadas em educação, saúde, agricultura, cultura e bem-estar, destacando a importância socioeconômica da agricultura familiar**, tornando compulsória a utilização de seus produtos no preparo da alimentação escolar (SILVA, GROSSI e FRANÇA, 2010).

PNAE enquanto política pública

- ✓ Implementou a **prática promotora** da saúde, a **dinamização da economia local**, a **inclusão social** e o **desenvolvimento sustentável**;
- ✓ Instituiu o emprego da alimentação saudável e adequada, a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino;
- ✓ E ainda, o estímulo à adoção de hábitos alimentares saudáveis encontra respaldo na Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) do Ministério da Saúde que tem no Guia Alimentar para a População Brasileira, um dos instrumentos de reforço à melhoria dos padrões nutricionais da população em geral.

PNAE - Intersetorialidade



PNAE

enquanto política pública

Regulamentação como subsídio aos estados e municípios na implementação do programa, com a instituição do controle social:

✓ Constituição Federal de 1988;

✓ A Lei Federal nº 11.947/2009 que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e que foi um grande avanço após décadas de ações e investimentos públicos, e a Resolução CD/FNDE nº06 de 2020 que estabelece as normas para a execução técnica, administrativa e financeira;

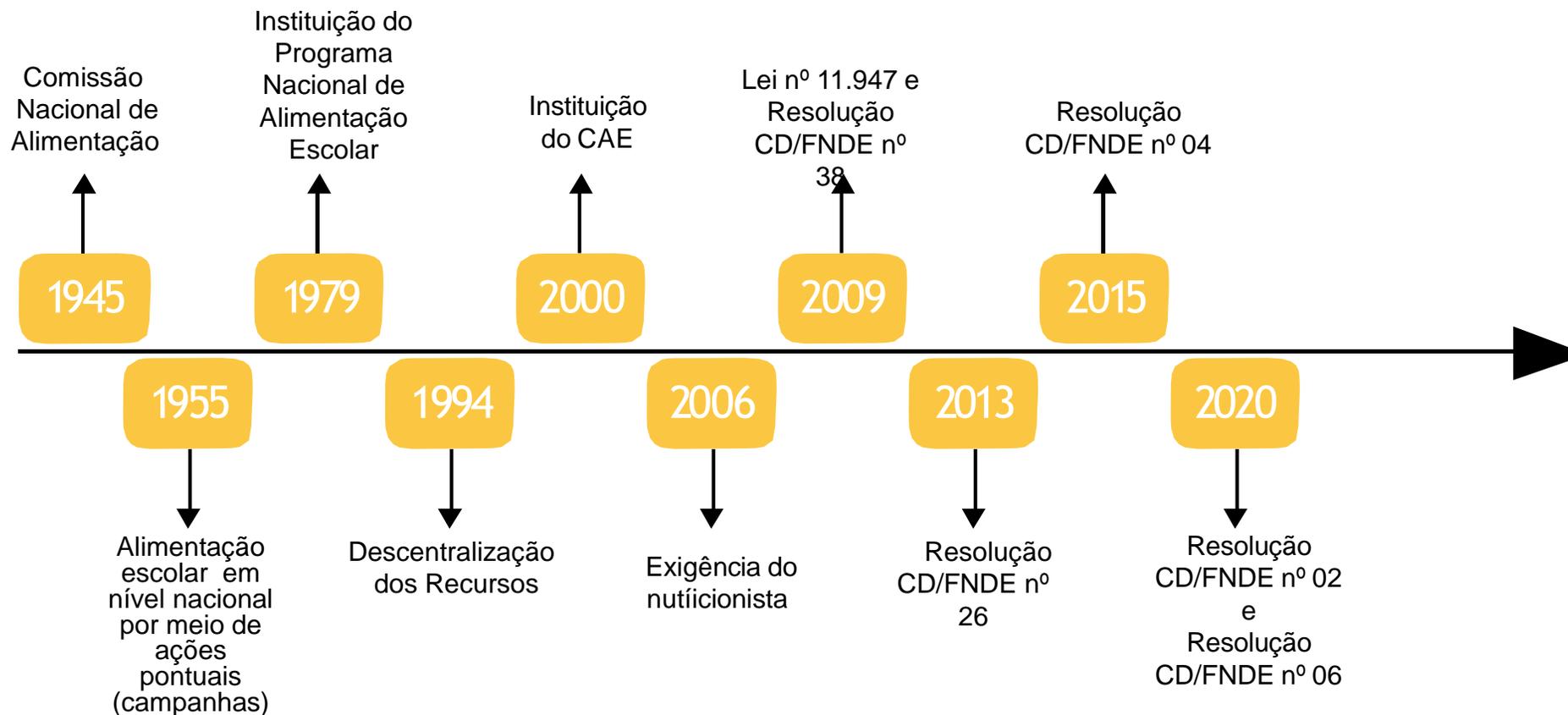
✓ Resolução CFN nº465 de 2010, que dispõe sobre as atribuições do nutricionista no PNAE;

✓ Portaria Interministerial nº1010 de 2006, que instituiu as diretrizes da promoção da alimentação saudável nas escolas;

✓ Lei Federal nº 13.666, 2018, que alterou a Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar;

✓ Lei de licitações: nº 8666/1993 e a nova nº 14.133/2021 e suas alterações.

Atos Normativos



Obrigada!

Siga o CRN-3 nas redes sociais!



facebook.com/CRN-3regiao



[@crn3região](https://instagram.com/@crn3região)



crn3@crn3região.org.br



youtube.com/user/CRN3Regiao

▼ Av. Brigadeiro Faria Lima, 1461 > 3º andar
Torre Sul > Jardim Paulistano
CEP 01452-002 > São Paulo SP

www.crn3.org.br

>

Relacionamento com equipes gestoras, diretorias de ensino e municípios

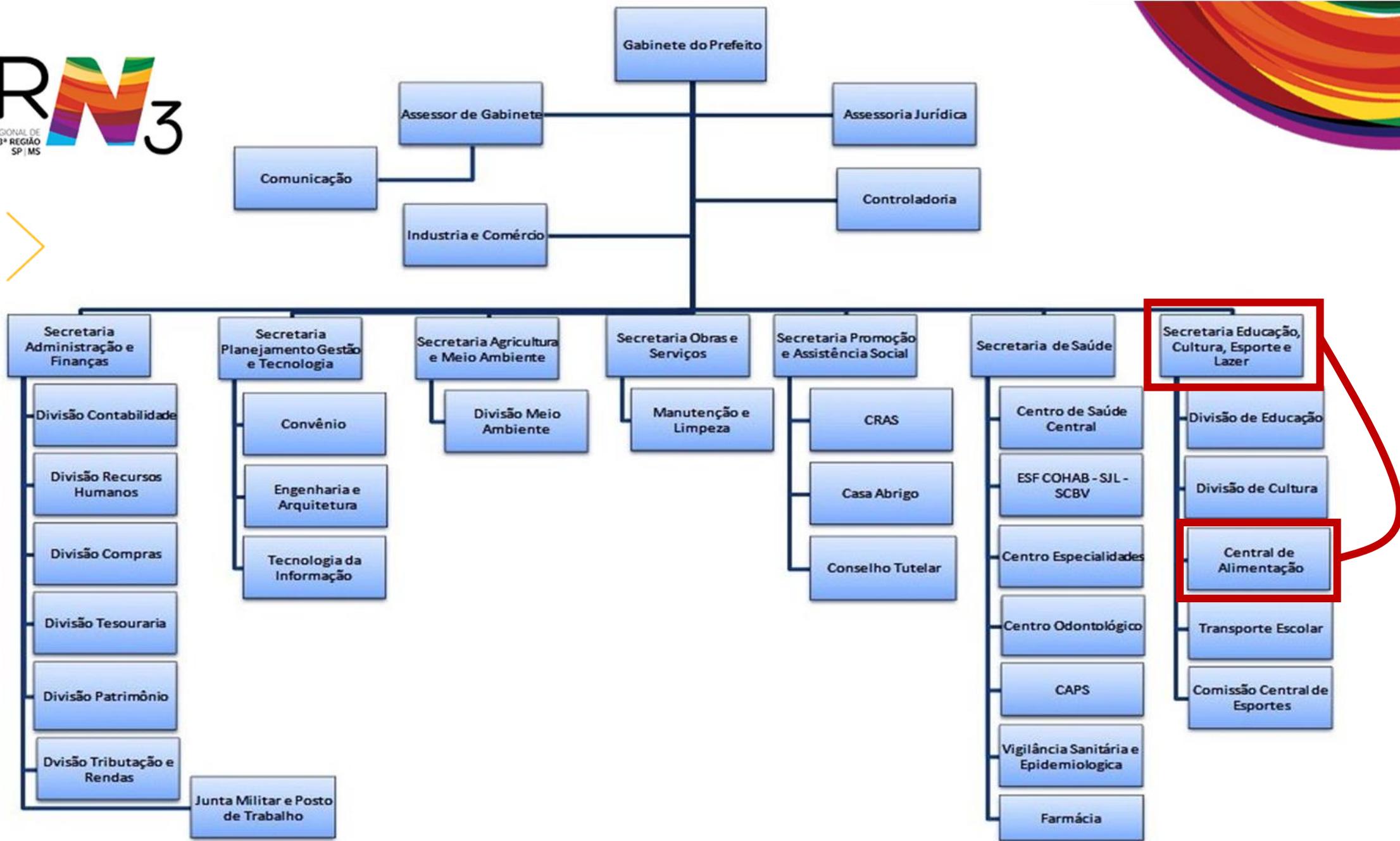
Jeanice de Azevedo Aguiar
Nutricionista
CRN-3 8011



CRN₃
CONSELHO REGIONAL DE
NUTRICIONISTAS 3ª REGIÃO
SP | MS

> O que você conhece da estrutura administrativa onde você atua?

- ✓ Qual lei que estabelece essa estrutura?
- ✓ Quais secretarias, diretorias, departamentos, setores a compõem?
- ✓ Quais as competências de cada órgão?
- ✓ Como é o organograma?

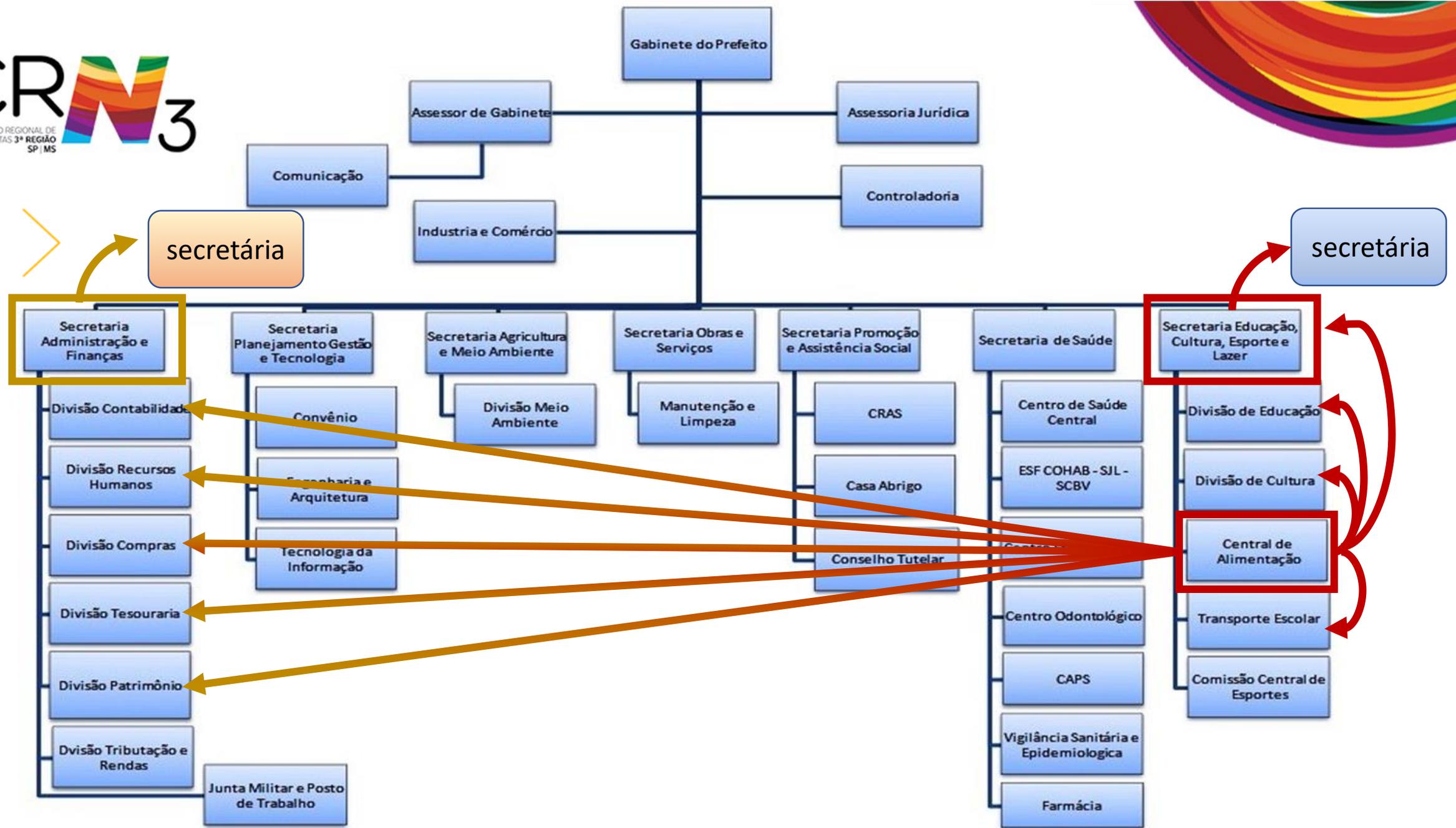


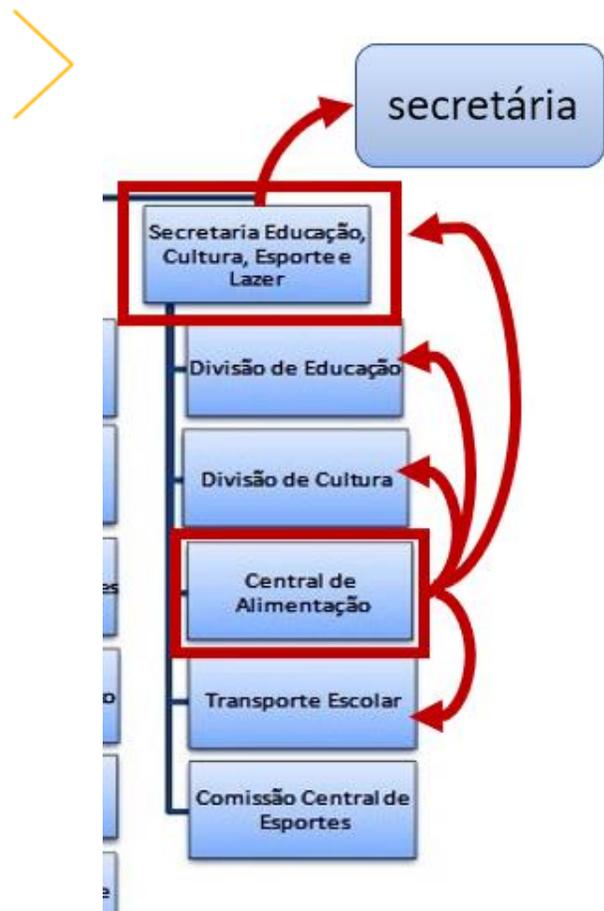
> Na Educação



- ✓ **Respeito:** diferenças;
- ✓ **Percepção e posicionamento:** interpretação da realidade;
- ✓ **Informações sobre os demais setores:** pontos de interseção.

Percepção seletiva





✓ Div. Educação:

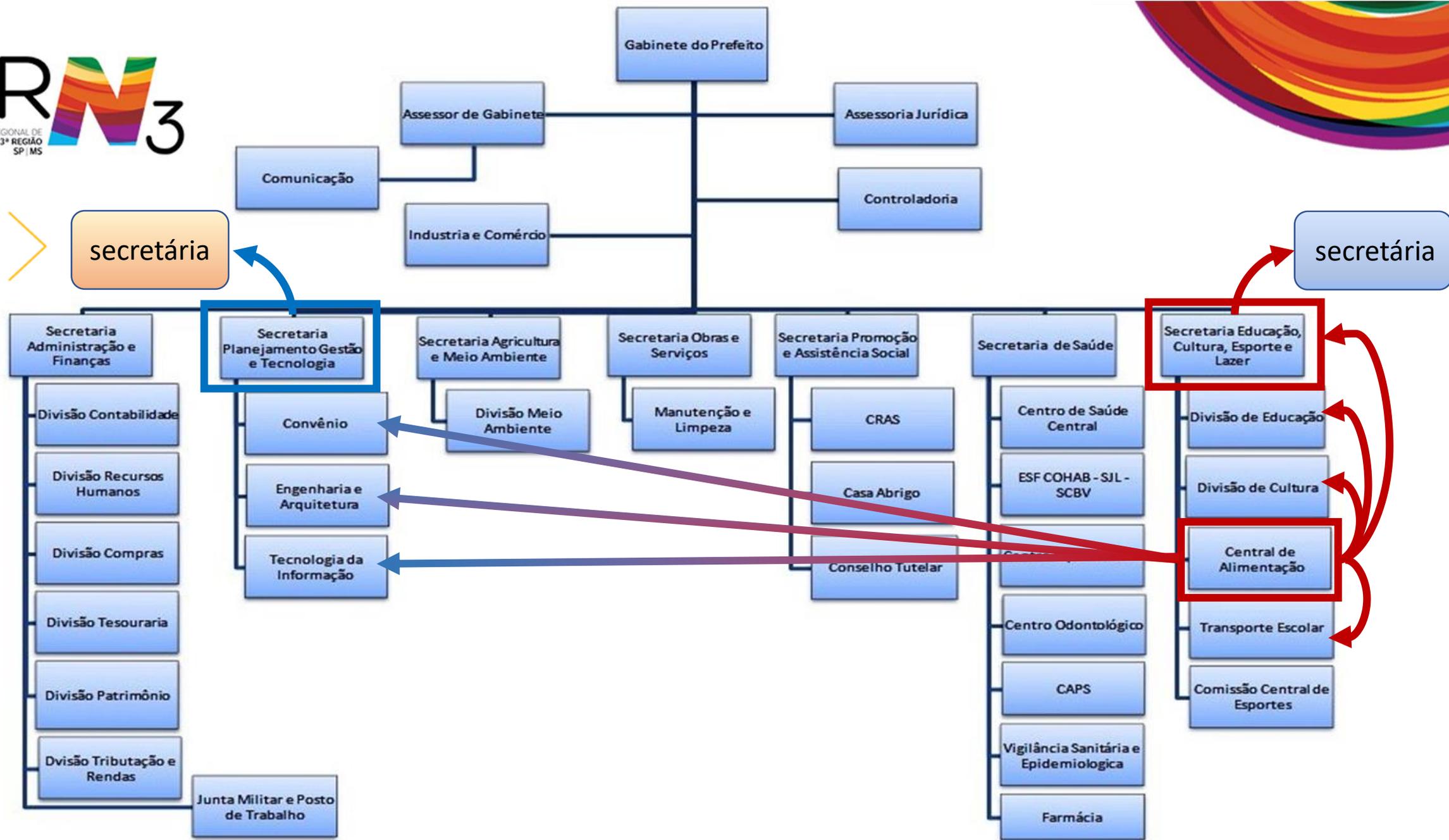
- Níveis de ensino;
- Supervisores de ensino;
- Especialistas por área;
- Diretores de escola;
- Educação física;

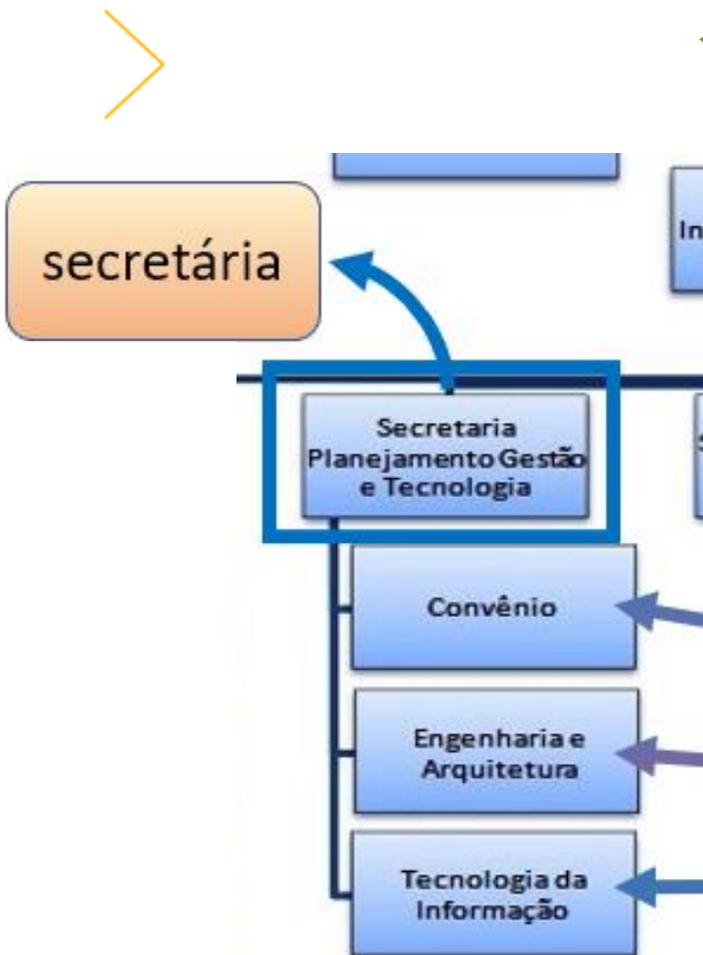
Ações com merendeiras;
Horário das refeições;
Transporte escolar;
Necessidade alim. espec.
EAN no currículo escolar;
AN ;
Outras ações.

✓ Cultura:

- EAN;

✓ Informações sobre os demais setores: pontos de interseção





✓ **Convênios:**

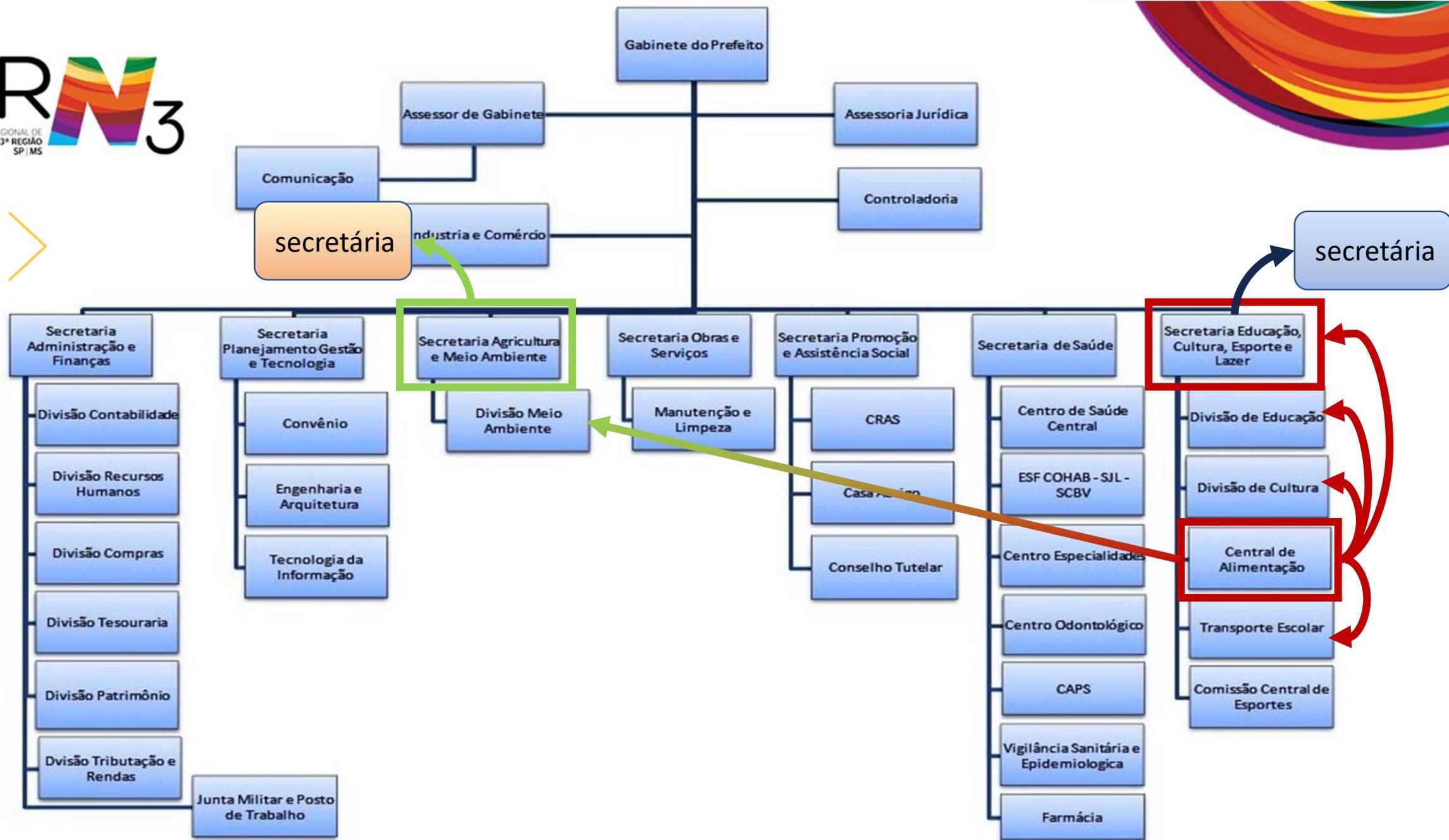
- FNDE e SEE/SP.

✓ **Engenharia....:**

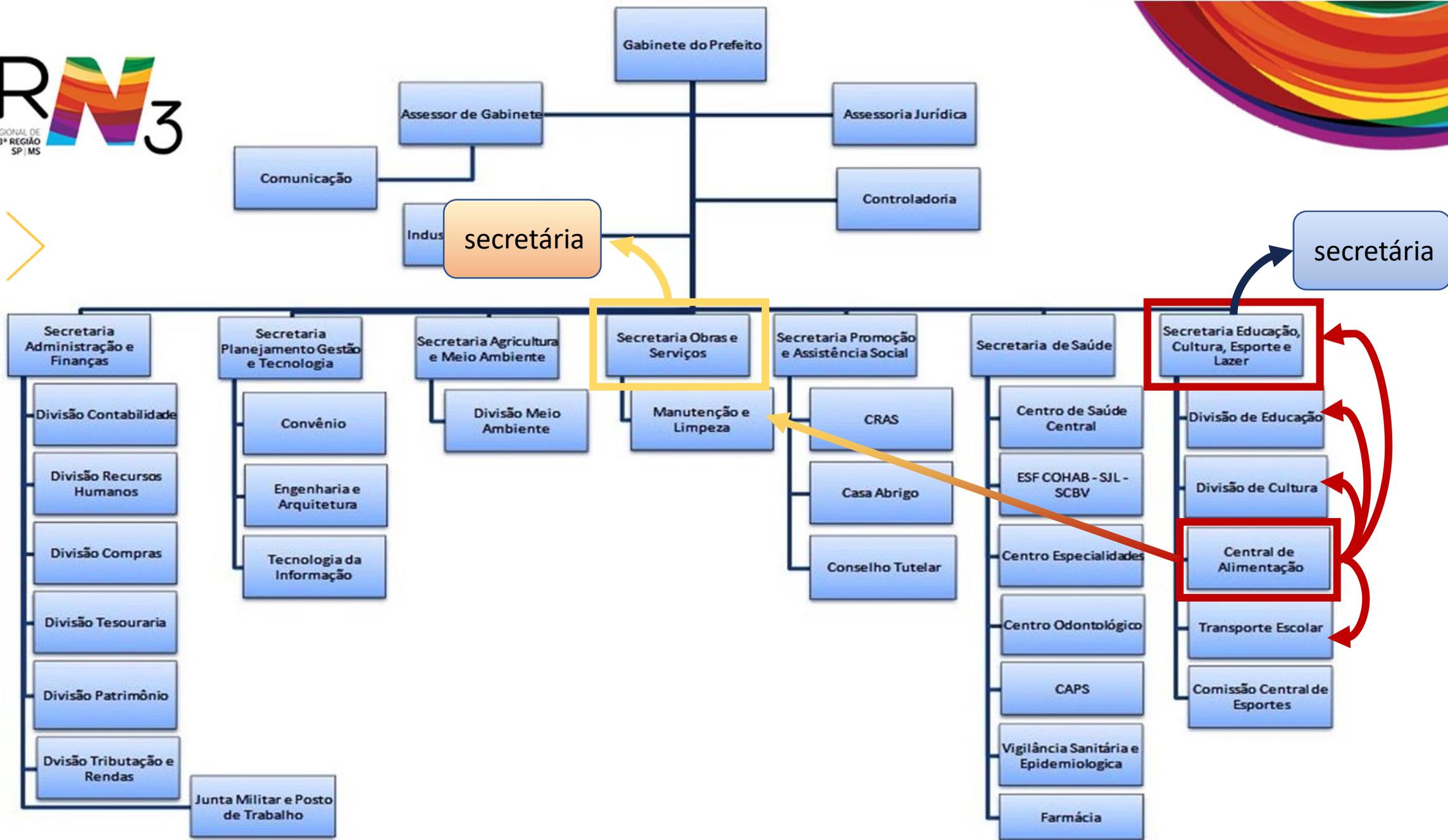
- Construção;
- Reformas;
- Ampliação.

✓ **Tecnologia da informação: sistemas**

- Avaliação nutricional;
- Controle de estoque;
- Emissão, envio e arquivamento de documentos;
- Outros.



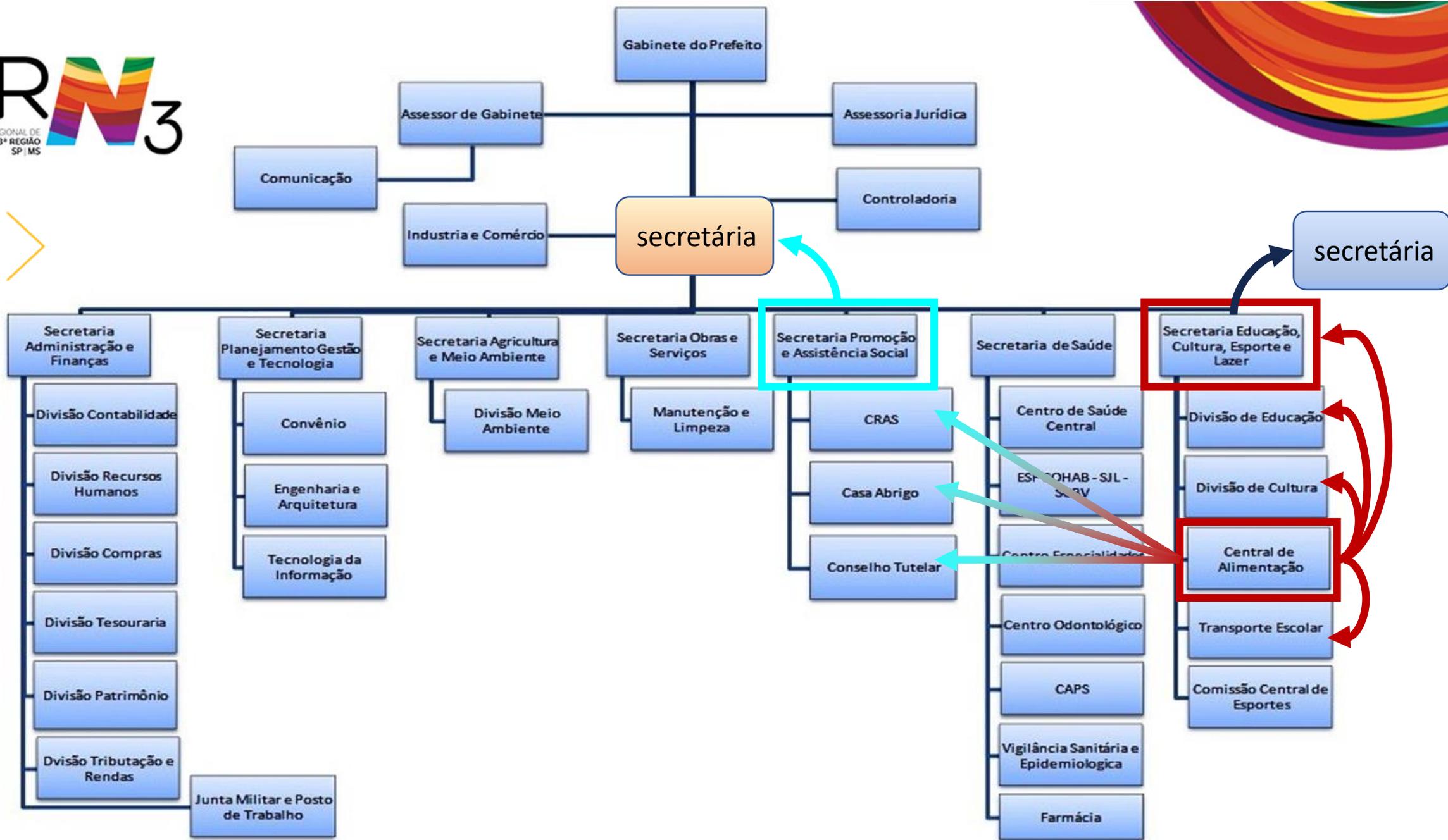
- > ✓ **Agricultura familiar e empreendedorismo familiar rural:**
 - Levantamento de dados;
 - Apoio;
 - Formação.





✓ **Condições estruturais e sanitárias:**

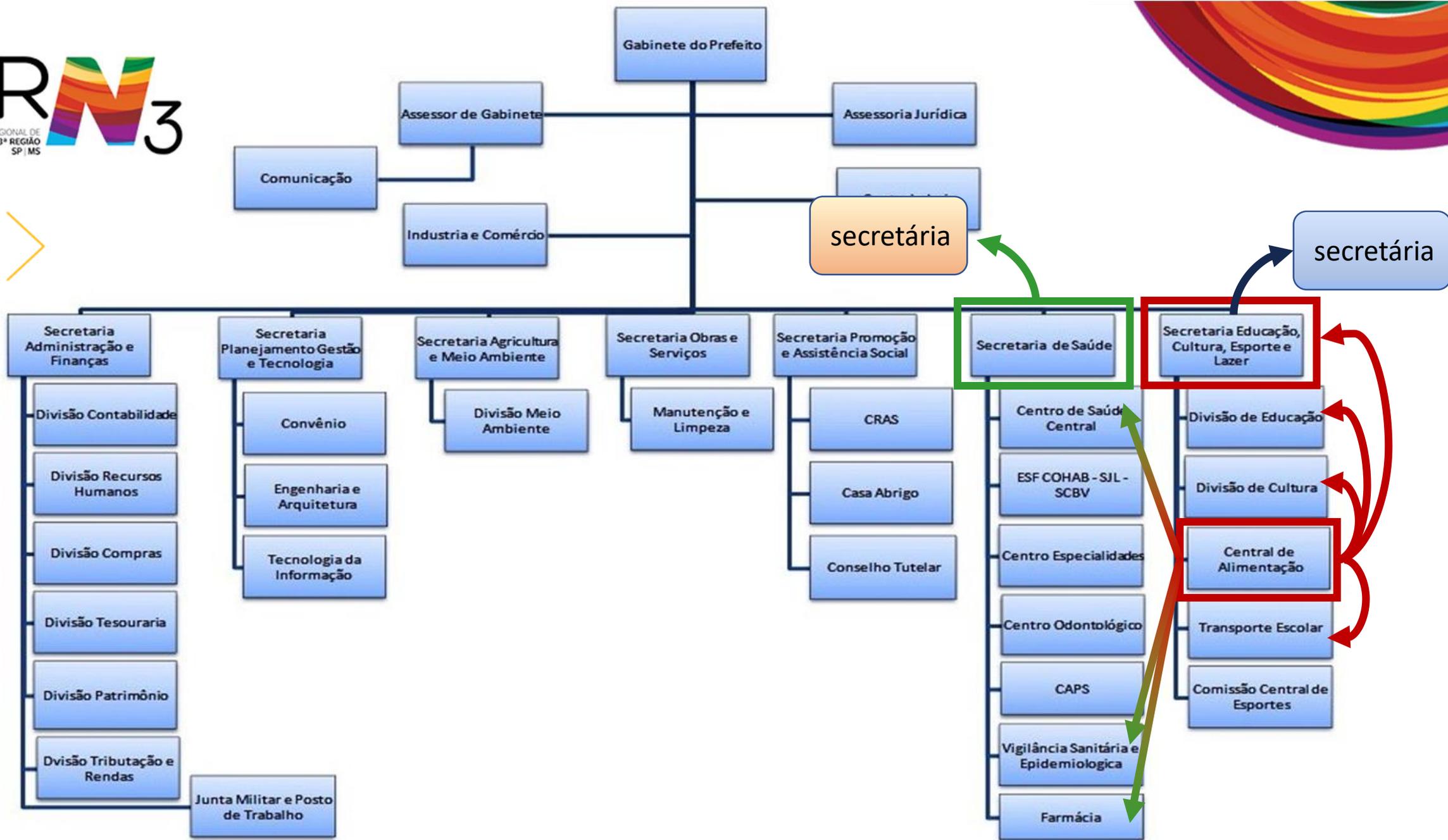
- Pequenos consertos;
- Ações no entorno da Central de Distribuição e das escolas;
- Outros.

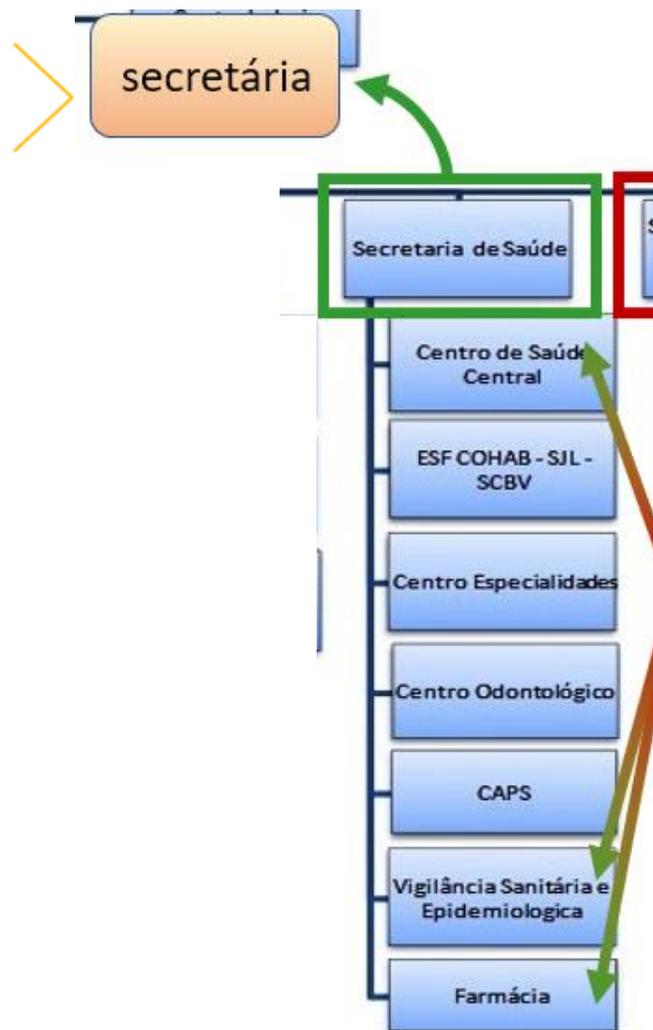




✓ **Atenção específica:**

- Necessidades nutricionais específicas;
- Condição sócio econômica atrelada a insegurança alimentar e nutricional;
- Outros.





- ✓ **Vigilância sanitária:**
 - Segurança do alimento
- ✓ **Vigilância epidemiológica:**
 - DNCs;
 - Desnutrição;
 - Outras situações.
- ✓ **Farmácia:**
 - Fórmulas infantis ou outra;
 - Outros.
- ✓ **Centro de saúde:**
 - Vínculo com equipe de nutrição;
 - Outros.



Conselho de Alimentação Escolar



Conselho de Alimentação Escolar

Obrigada!

Siga o CRN-3 nas redes sociais!



facebook.com/CRN-3regiao



[@crn3região](https://instagram.com/@crn3região)



crn3@crn3região.org.br



youtube.com/user/CRN3Regiao

▼ Av. Brigadeiro Faria Lima, 1461 > 3º andar
Torre Sul > Jardim Paulistano
CEP 01452-002 > São Paulo SP

www.crn3.org.br

- > Relacionamento com equipes gestoras, diretorias de ensino e municípios





SEDUC – SP

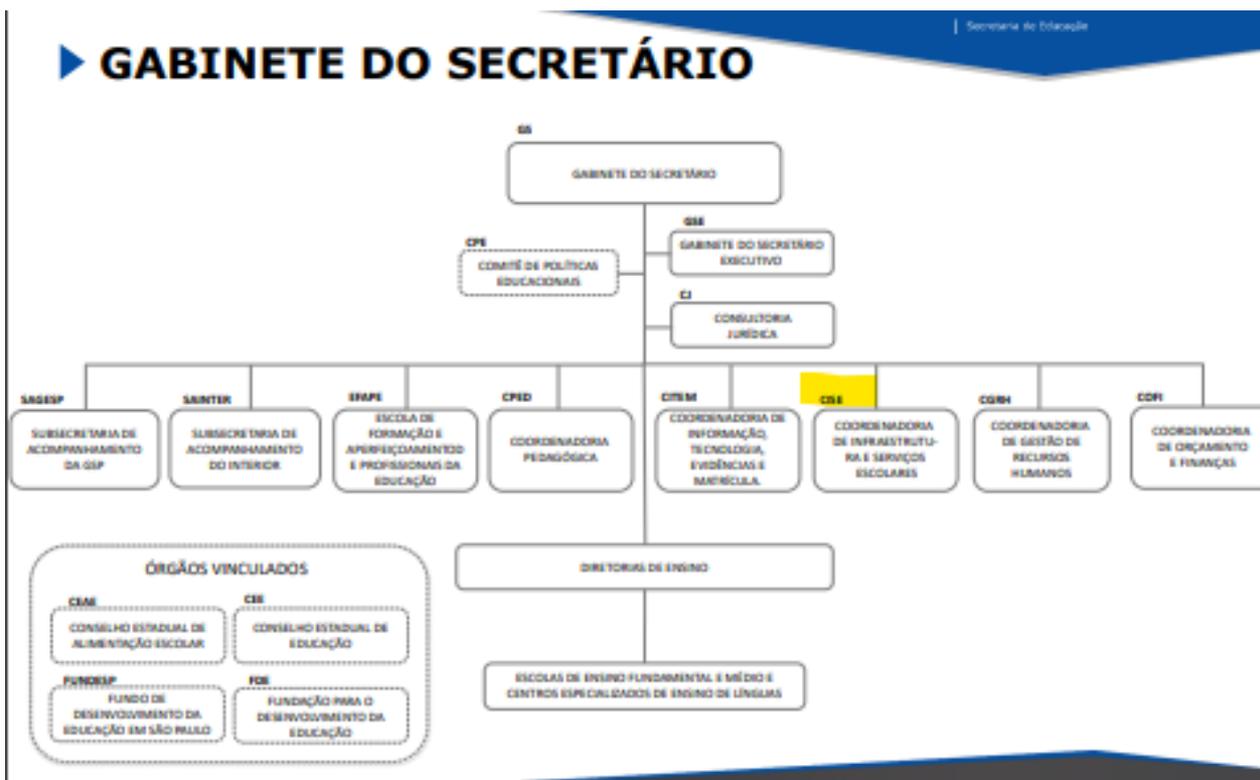
A estrutura:

- 3 órgãos vinculados
- 6 Coordenadorias

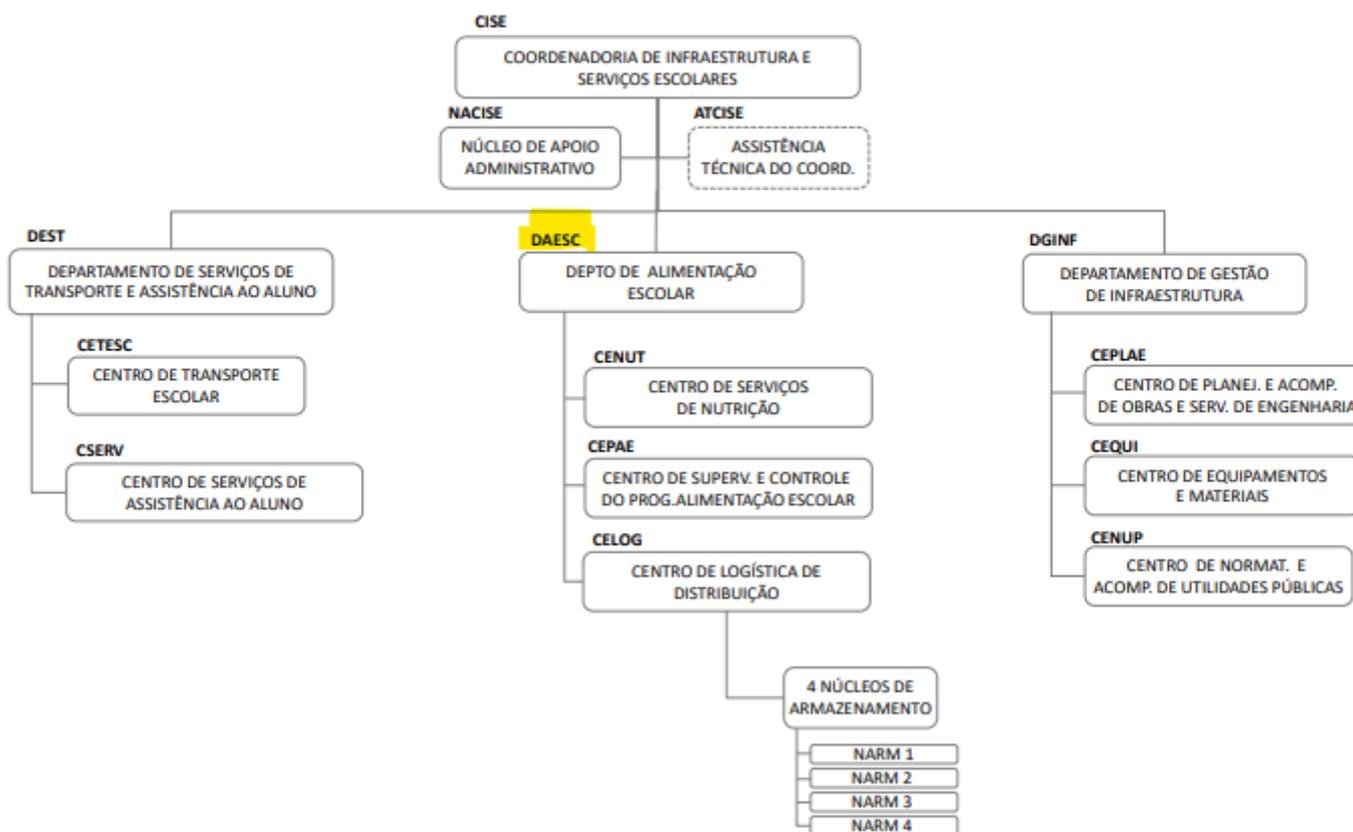
A Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços Escolares (CISE) possui 3 departamentos, o **DAESC** – Departamento de Alimentação Escolar é um deles, sendo o responsável pela alimentação do aluno durante o período escolar

- 92 Diretorias Regionais de Ensino

> SEDUC – SP



► **CISE**



> Alimentação Escolar – SP

43 Nutricionistas, sendo: 1 RT + 43 QT (CD, 11 SEDUC e 32 nas DEs)
19 Administrativos



> Relembrando os números da Rede Estadual



> **Gestão Centralizada**

Agente Técnica de Assistência à saúde, responsável pela Alimentação escolar e gestores dos contratos.

- Contratos de serviços para as escolas
- Contratos de gêneros alimentícios: Hortifruti e banana AF
- Aquisição gêneros alimentícios para alunos que possuem restrições alimentares
- Atividades técnicas

> **GESTÃO DESCENTRALIZADA (Delegação de rede)***

Agente Técnica de Assistência à saúde, responsável pela Alimentação escolar e gestores dos contratos.

- Com a delegação de rede, o município conveniado gerencia diretamente o Programa de Alimentação Escolar das escolas estaduais, assim, **elaboram seus próprios cardápios**, realizam suas compras, administram seus estoques, são responsáveis pela manipulação entre outras atividades.
- Legislações que norteiam o convênio:
 - Decreto 59.215 de 21 de maio de 2013;
 - Decreto 61.928 de 12 de abril de 2016;
 - Decreto 63.650 de 16 de agosto de 2018;
 - Portaria CISE 01 de 19 de dezembro de 2016;
 - Resolução SE 63 de 16 de dezembro de 2016;
 - Decreto 66.028 de 20 de setembro de 2021.

> **GESTÃO DESCENTRALIZADA**

Acompanhamento do Convênio pelo Gestor (D.E)

Visita técnica às escolas e municípios

Avaliação do cardápio servido e ofício de resposta

Envio dos gêneros alimentícios (complemento)

*Ações de educação nutricional

> IMPORTANTE

Nutricionista no PNAE

Principal agente articulador nas diversas esferas de execução do Programa, além das atividades técnicas como cardápios, EAN participamos

- Licitações / Chamadas públicas;
- Compras;
- Contabilidade
- Formação dos atores do PNAE

O conhecimento, a perseverança e o amor são as chaves para o sucesso na execução do programa de Alimentação Escolar.

▼ Av. Brigadeiro Faria Lima, 1461 > 3º andar
Torre Sul > Jardim Paulistano
CEP 01452-002 > São Paulo SP

www.crn3.org.br

PNAE

| Programa Nacional
de Alimentação Escolar

Enquanto Política Pública

Lucimar Adriana R. Dragonetti Girotti

Nutricionista CRN3- 5897

RT- Alimentação Escolar

Município de Tarumã/SP

08/07/2022

CRN₃
CONSELHO REGIONAL DE
NUTRICIONISTAS 3ª REGÃO
SP, MS



Como funciona Política Pública da Nutrição Escolar?



PNAE

 | Programa Nacional de Alimentação Escolar

CAE

Conselho de Alimentação Escolar



PNAE
Não pode parar

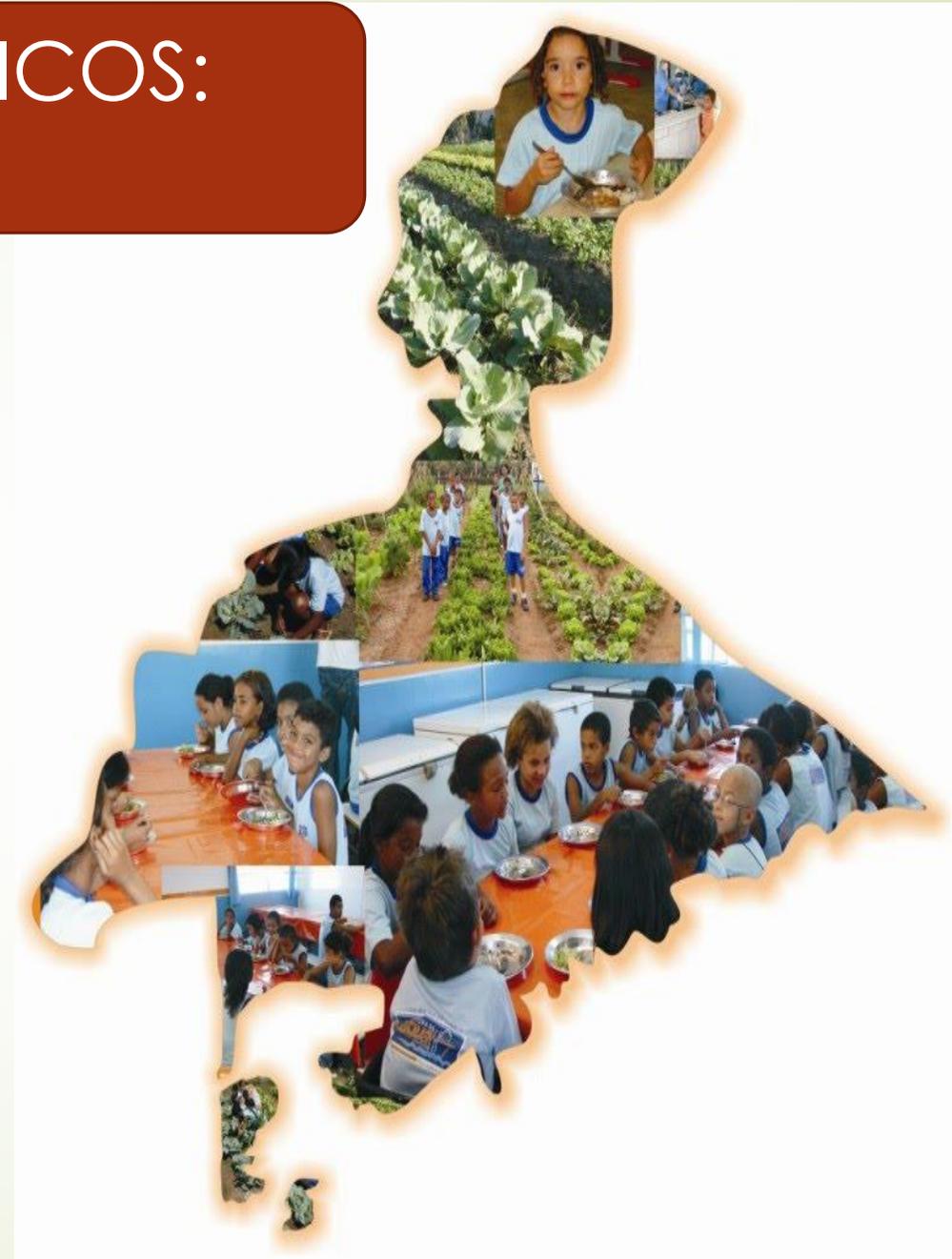
EMATER
Município de Goiás

PNAE

AGRICULTURA FAMILIAR É SAÚDE
NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR



DADOS EPIDEMIOLÓGICOS: MUNICÍPIO



LINHA DO TEMPO: POLÍTICA PÚBLICA DE NUTRIÇÃO ESCOLAR TARUMÃ-SP (1994-2022)



MAPEAMENTO
DADOS
EPIDEMIOLÓGICOS

-PADRONIZAÇÃO
-TECNOLOGIA
-MONITORAMENTO

PLANO DE AÇÃO
NUTRIÇÃO
ARTICULADO

1994

1999

2004

2009

2014

2022

IMPLANTAÇÃO SERVIÇO
NUTRIÇÃO ESCOLAR
METODOLOGIA

PESQUISA: NECESSIDADES
X
RESULTADOS

POLÍTICA PÚBLICA
INTERSETORIAL
DE SEGURANÇA
ALIMENTAR

FLUXO-

Dados Epidemiológicos

Recuperação Nutricional

Saúde-
Nutrição Clínica
+ PSF

Assistência
Social- Família

Esporte- Aluno
Família

Assistência
Social- Família

1

2

3

4

5

6

7

Resultado?

Riscos
Nutricionais

Plano de Ação

Monitoramento

Alimentação
Escolar- Período
Integral

Cesta Básica
Viva Leite
Kit Verdura
Suplementação

POLÍTICA PÚBLICA COMBATE FOME / DESNUTRIÇÃO



ACESSO AO ALIMENTO

Criança na escola, atendimento período integral, suplementação alimentar

RENDA FAMILIAR

Escolarização, formação profissional, banco de emprego

PROJETOS

Política Pública Municipal
Educação, Agricultura, Assistência Social, Saúde,
Cultura

POLÍTICA PÚBLICA

COMBATE OBESIDADE INFANTIL



Promoção da alimentação adequada e saudável

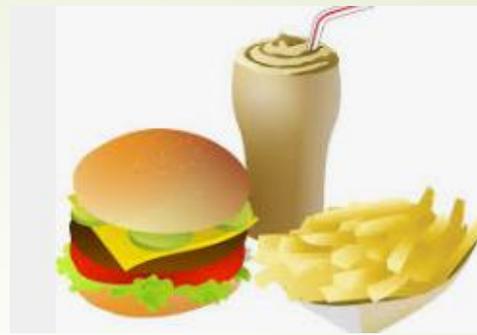
Mais frutas, legumes, verduras, arroz e feijão. Menos ultraprocessados.

Mais atividade física

Atividade física deve ser incentivada desde os primeiros anos de vida: engatinhar, correr, pular corda, andar de bicicleta, patins, skate, bambolê, futebol...

Menos tempo de tela

Menos tempo de tela: Reduzir o tempo de utilização do celular, substituir filmes, séries de televisão e videogames por mais brincadeiras que movimentem o corpo.



PNAE- INTERSETORIALIDADE

ATORES



NECESSIDADE

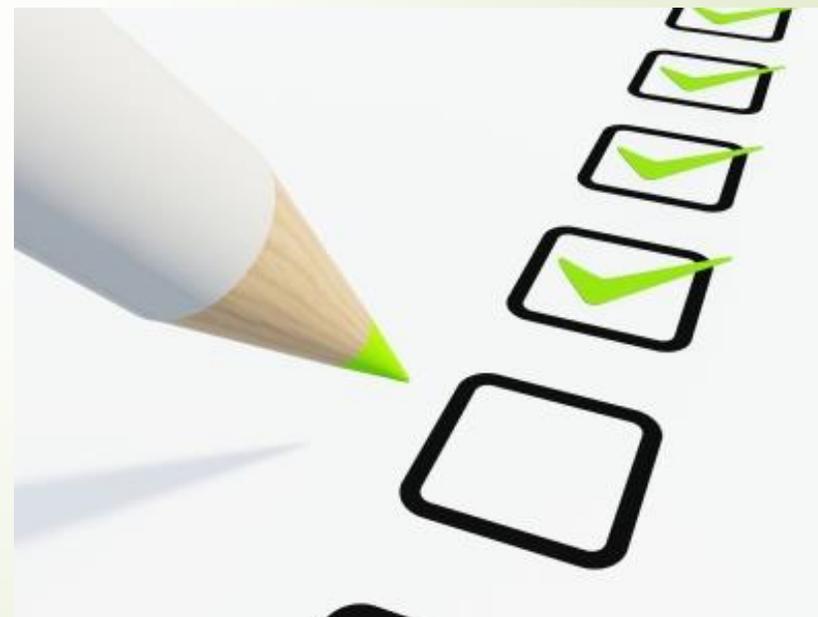


PLANO-
PNAE

A **intersectorialidade** trata-se de mecanismos de gestão e integração de ações, saberes e esforços de diferentes setores da **política pública**, com o objetivo de construir objetos comuns de intervenção entre eles, para o enfrentamento mais articulado dos problemas sociais.



O QUE TEMOS? ONDE QUEREMOS CHEGAR?



RELACIONAMENTO DA NUTRIÇÃO COM OS OUTROS SETORES E GESTORES?



REALIDADE MUNICÍPIO

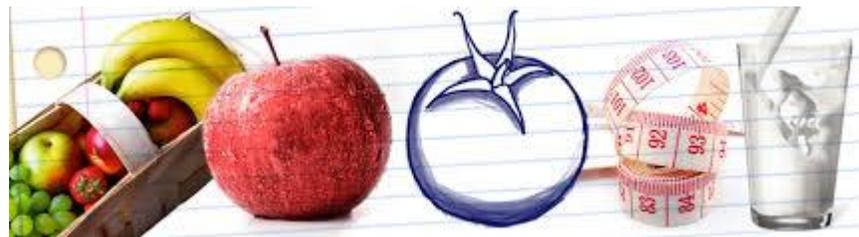
MAPEAR

COMPARTILHAR



INTERVENÇÕES
INTERSETORIALIDADE





Contexto?

Gestão da Nutrição

Atores do PNAE

Intersetorialidade





**SEGURANÇA
ALIMENTAR**



Conexão?



CENÁRIO ATUAL

GESTÃO MUNICIPAL

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

SOCIEDADE





PNAE- SETOR EDUCAÇÃO?

Estado
Nutricional

Rede Escolar

Escola

Sala

Aluno

Assistido?

Assistência
Social

Saúde

Agricultura

Desenvolvimento
Econômico



PNAE- LOGÍSTICA DO SERVIÇO ?

Avaliação Nutricional

Educação Alimentar Nutricional

Plano da Nutrição- Intersectorial





PNAE- DIRETORES DE ESCOLA?

Realidade x Necessidade x Comunidade

Educação Alimentar e Nutricional

Ações Participativa com a gestão x
Sociedade



PNAE- COLABORADORES?

Capacitação x Necessidades

Interação com Realidade

Participativa- Soluções



PNAE- PAIS DE ALUNOS E SOCIEDADE?

Reuniões de Pais

Divulgação Serviço- Nutrição

Registro compartilhado-Setor Público



PNAE- AGRICULTORES LOCAIS?

Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) como uma Política Pública Saudável (PPS).

A Lei n. 11.947/2009 estabeleceu que os Entes Federados adquiram no mínimo 30% dos recursos advindos do FNDE em alimentos da agricultura familiar.

PNAE- AGRICULTORES LOCAIS?





PNAE- SAÚDE?

Saúde na escola- SISVAN

PSF- Grupos de Riscos
Nutricionais

Intervenções Intersectorial



PNAE- ASSISTÊNCIA SOCIAL?

CONSEA- Conselho Segurança Alimentar

Grupos: Gestante/Idoso/ Bolsa Família

Cesta básica- Grupo Vulnerabilidade Social



PNAE- ESPORTE?

Projeto: Grupo alunos acima do peso

Projeto: Formação Atleta

Projeto: Atividade Física Colaboradores



PNAE- SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO?

Frente de Trabalho: Grupo
Vulnerabilidade Social

Formação : Aperfeiçoamento
profissional- Emprego

Banco da Terra- Banco do Povo-
Produção Agrícola



PNAE- SETOR TECNOLOGIA?

Divulgação do Serviço da
Alimentação Escolar-

Ferramentas Informatizada :
Logística do Serviço / Projetos

Câmaras de segurança: Unidades
Escolares



PNAE- SETOR LICITACÃO?

Licitação: Compartilhada

Cadastro de produto: Detalhado

Sistema informatizado- Fluxo do serviço



PNAE- FAZENDA?

PPA: Plano Plurianual

Compartilhamento:
Receita x Despesa

Investimento:
Curto, médio e longo prazo



PNAE- GABIENTE DO PREFEITO?

Demanda x Investimentos

**Impacto da Nutrição Escolar-
Evidências**

**Plano de Ação-
Relatório da Gestão**

